



OS USOS DO PASSADO: MEMÓRIA E IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO ADELAIDE MARIA TRINDADE BATISTA (PALMAS- PR)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4024

Hellen Cris Leite de Lima, UFPR

Palavras Chave:

Memória; Identidade
Quilombola; História
Oral.

Resumo

A identidade é um conceito fundamental para entendermos a questão quilombo

na contemporaneidade, pois nos permite compreender essa parcela da população em suas particularidades históricas em relação ao restante da sociedade. Partindo dessa premissa, porém, corre-se o risco de listar uma série de elementos cristalizados que poderiam identificar o que é ser quilombola e, por consequência, o que *não é* ser de forma engessada. Nesse sentido, no presente artigo visamos a compreender as relações entre memória e identidade quilombola diante dos desafios que o tempo presente impõe para as comunidades remanescentes de quilombo. Apresentaremos inicialmente uma breve discussão teórica acerca dos conceitos de identidade e de memória coletiva, necessária para a contextualização do nosso problema, utilizando principalmente, as contribuições de Stuart Hall e Michael Pollak. No que tange a metodologia, nos valem da história oral para coleta e tratamento das fontes que analisamos, quais sejam trechos de entrevistas coletadas na comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas-PR, em 2013. A análise desses relatos permitiu-nos compreender como as tensões e disputas que envolvem a construção da memória coletiva e da identidade são, dialeticamente, impulsionadas pela autoidentificação – processo necessário para a garantia de direitos básicos e políticas públicas específicas para a população quilombola. Ao mesmo tempo, o acesso a esses direitos garante a reprodução e manutenção do modo de viver quilombola, reforçando e enquadrando uma determinada memória oficial e elementos identitários compartilhados.

Introdução

O presente artigo buscou compreender as relações entre memória e identidade quilombola diante dos desafios que o tempo presente coloca para as comunidades remanescentes de quilombo. Para tanto, iniciamos com o debate sobre o conceito de identidade, tomando como referência os Estudos Culturais, especialmente as contribuições de Stuart Hall. Além disso, buscamos compreender as transformações por que passou o conceito de quilombo, para entender o significado dessa identificação.

A construção das identidades frequentemente se apoia em fatos do passado que reafirmam uma determinada posição no presente. Nesse sentido, a memória coletiva é entendida como constituinte da identidade quilombola, que faz determinados usos desse passado compartilhado através de narrativas e histórias de vida. Assim, fez-se necessário transcorrer sobre o conceito memória, a partir das contribuições de Michael Pollak.

Por fim, analisamos trechos de entrevistas realizadas com moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria Trindade Batista, que nos forneceram a base empírica, através de fontes orais, nas quais identificamos algumas situações em que a relação entre a memória e a identidade se expressa no presente, inseridas e tensionadas em disputas políticas e de poder.

Objetivos

O objetivo central desse artigo visa a compreender as relações entre memória e a constituição identitária, no que concerne à identidade quilombola. Desenrolam-se objetivos específicos:

- Traçar um quadro teórico sobre os conceitos de identidade e memória;
- Analisar o contexto contemporâneo

das comunidades quilombolas, especialmente no Paraná;

- Analisar as narrativas quilombolas à luz do aporte teórico-metodológico.

Resultados

Identidade e autorreconhecimento

A identidade é um conceito central para compreendermos a questão quilombola na contemporaneidade, pois é o que nos permite compreender essa parcela da população em suas particularidades em relação ao restante da sociedade. Partindo dessa premissa, corre-se o risco de listar uma série de elementos cristalizados que poderiam identificar o que *é* ser quilombola e, por consequência, o que *não é* ser. Assim, para não cairmos nessa armadilha fruto da simplificação do conceito, faremos uma breve elucidação sobre o que entendemos por identidade.

O conceito de identidade tem sido alvo de reformulações e novas interpretações nas ciências humanas e teorias sociais. Stuart Hall, aponta que o centro dessa discussão é o fato de que antigas identidades, como a de classe, estão perdendo força para novas e múltiplas identidades, como as de gênero e etnia, por exemplo.¹ Nesse sentido, as identidades, esses quadros de referência mais ou menos estáveis, estão passando por descentramentos, deslocamentos e fragmentações nas sociedades contemporâneas, a partir do fim do século XX. O surgimento dessas novas identidades tem profunda relação com a criação dos novos movimentos sociais, com o fim do bloco soviético e com o fenômeno da mundialização ou globalização.

Essa reflexão acarreta que as identidades não são fixas, coerentes e inertes, levando a compreendê-las como fluidas, em constante disputa e mutação, ou como um fazer-se. Tomaz Tadeu da

1 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1ª edição, 1992.

Silva resgata de Judith Butler uma categoria interessante para essa compreensão, a *performatividade*, ou seja, a identidade se molda de acordo com seu contexto presente e as tensões políticas de sua conjuntura, é instável e performática, não é uma mera descrição, mas um movimento.²

Os estudos culturais pós-estruturalistas afirmam ainda que ao debater identidade é necessário falar sobre a diferença e das interações entre essas duas categorias. Ou seja, a identidade só pode se construir em referência a algo diferente dos elementos que identificam determinado grupo ou indivíduo.

Acerca da identidade quilombola, Sônia Marques afirma:

Se de um lado, temos como característica as diferentes formas de convívio e organização, de outro, existem traços que podem ser considerados comuns e que se mantiveram e demarcaram: imposição da precariedade social, dificuldades de acesso às políticas públicas, situações de discriminação, educação em descompasso com a identidade social e expropriação da terra. [...] Neste contexto, a compreensão das construções identitárias se faz por meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução da vida cotidiana.³

Assim, os sujeitos constroem representações de si, que ao mesmo tempo dependem também do reconhecimento perante os outros daquilo que associam a sua identidade, ou seja, a questão da

diferença.

Além do aspecto da identidade social dizer respeito a todos os grupos sociais para localizarem-se no mundo, no caso dos quilombolas, identificar-se como tal significa assegurar a própria existência no âmbito dos direitos sociais e territoriais. A autoidentificação ou autorreconhecimento é um pressuposto para a reivindicação de alguns direitos assegurados aos povos tradicionais – nos quais se incluem os quilombolas. Nesse debate são recorrentes o Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴), que diz da possibilidade de titulação das terras ocupadas pelos quilombolas e a Convenção 169, aprovada em 1989, durante a Conferência Internacional do Trabalho (vigorando no Brasil a partir de 2003) e que dá o direito aos povos indígenas e tribais de se autodefinirem, afirmando que “a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”.⁵

Nesse sentido, conquistar o direito ao território, significa garantir o modo de vida, reprodução e resistência dessas populações, garantir o direito a viver de forma contra-hegemônica. A identidade e as demandas sociais se relacionam, portanto, de forma dialética, num movimento que fortalece a ambas.

Memória e disputa

A discussão sobre a memória, sua construção, individual e coletiva, está presente em diferentes autores e vertentes

2 SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 92.

3 MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver. p. 42. *In*: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.)

Memória dos povos do campo no Paraná. Curitiba: ITCG, 2013.

4 BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

5 Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

desde, principalmente, o início do século XX, em formulações teóricas das ciências sociais e humanas como a psicologia, a sociologia e a história, dos quais podemos destacar Henri Bergson, com a concepção de *memória-hábito* e Maurice Halbwachs, sobre a memória coletiva.

No entanto, nesse projeto, nos interessa mais as concepções de Michael Pollak, que esboçará críticas à concepção de memória coletiva halbwachiana, por dar ênfase em uma abordagem institucional, reforçando uma noção positiva acerca da mesma e de suas características, tal como continuidade, duração e estabilidade. Para Pollak, a memória coletiva tal como pensou Halbwachs deixa de lado o caráter dominador e destruidor que cumpre a memória institucional (principalmente a nacional) frente às outras memórias coletivas subterrâneas. Nesse sentido, o autor defende que a memória é não só um elemento de coesão social, mas de coerção, segundo o termo “memória enquadrada”, que segundo ele é mais adequado do que memória coletiva, pois pressupõe a existência de um trabalho de enquadramento, que por sua vez não é absolutamente arbitrário, ou seja, necessita de um mínimo de justificação e coerência de discurso, que seja compartilhado pela comunidade, sob risco de provocar cisões ou até mesmo o desaparecimento de grupos.

As contradições que podem aparecer nos discursos e memórias individuais, em relação ao enquadramento, mostram a reconstrução dos sujeitos diante da sua história, do seu local social e da memória coletiva, mas também podem produzir tensões que provocam o silêncio, mas não o esquecimento. Ou seja, as memórias subterrâneas que se chocam com a memória enquadrada ou expõem situações de grande trauma ou vergonha, por muitas vezes são silenciadas,

circulando por redes de sociabilidades que permitem a sua existência e continuidade, o seu não-esquecimento.

Desta forma, compreendemos a memória como um fenômeno construído socialmente, que tem profunda relação com o tempo presente, que fornece elementos para a constituição das lembranças dessa e não daquela forma. Por isso, determinadas lembranças ficam guardadas ou silenciadas por longos períodos até que tenham uma conjuntura propícia para emergirem, ou são formatadas e reorganizadas pelo presente, destacando determinadas situações em função de outras. Desde essa perspectiva, Pollak aponta a ligação entre a memória herdada e o sentimento de identidade, o qual é constituído por três elementos: as fronteiras físicas (da pessoa, do grupo); a continuidade temporal (física, moral e psicológica) e o sentimento de coerência, de unificação dos elementos.

Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [grifos de Michael Pollak]⁶

A identidade é construída em função e em relação ao “outro”, estabelecendo suas fronteiras e a visão de si e do grupo do qual faz parte. Visto que estão sempre em relação, identidade e memória podem ser negociadas, transformadas e disputadas, ou seja, não são valores imutáveis e essenciais do indivíduo. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e políticos.

Compreendendo as comunidades quilombolas historicamente

6 POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 204. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/re/article/view/1941/1080>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

Seja sua origem advinda de doações de terras; compra das terras pelos próprios sujeitos; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista, as comunidades quilombolas são grupos com trajetória histórica própria. Em todos os casos, porém, o território é a base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade, que não é homogênea.

A partir da primeira década do século XXI, no Paraná, encontramos uma série de iniciativas de movimentos negros e governos que começa a desvelar essa história, que, segundo Cassius Cruz, contribuiu para que o processo de identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas paranaenses tornasse-se uma política estatal.⁷ Atualmente, existem 36 comunidades quilombolas com certidão de autoreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares no estado do Paraná.⁸

Com a ampliação recente das discussões sobre as comunidades quilombolas, principalmente da última década do século XX para cá, o conceito de quilombo mudou e propiciou que se lançassem também novas questões desde o ponto de vista da história, para compreender os quilombos. Assim, o conceito de comunidade remanescente se ampliou no sentido de englobar as diferentes experiências históricas presentes na sociedade brasileira. O termo quilombo passa por uma ressignificação, levando em consideração a situação presente dessas comunidades que apresentam inúmeras diferenças entre si, em cada região e contexto do Brasil, com especificidades culturais, de localização, e com relação à situação de titulação da

terra. Dessa forma,

[...] o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos da ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também, não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea [...]. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de continuidade, enquanto grupo.⁹

Identificamos que a redefinição e complexificação do termo quilombo, tem profunda relação, e só foi possível de se construir, com o processo bastante recente de identificação dos territórios e conhecimento das formas de sociabilidade, cultura, produção da vida dessas comunidades. Em uma relação dialética, a identificação das terras e o reconhecimento realizados por pesquisadores de fora, impulsiona que as próprias comunidades e seus sujeitos realizem um olhar para dentro e se reconstruam e reinventem em relação ao outro. De igual maneira, essa conjuntura favoreceu que o fenômeno fosse repensado pela historiografia.

Assim, a identidade é tensionada pela necessidade atual de identificar-se e, nessa performance, construir-se enquanto quilombola, pelo modo de viver e memórias compartilhadas coletivamente. Ao mesmo tempo, a afirmação do autorreconhecimento permite que esse modo de vida e essa identidade tenham condições materiais asseguradas politicamente para sua manutenção.

Análise das fontes

As fontes que analisaremos nesse

7 CRUZ, Cassius Marcelus. **Conjuntura quilombola no Paraná**. Disponível em: <<http://etnico.wordpress.com/2013/06/10/conjuntura-quilombola-no-parana/>>. Acesso em Janeiro/2016.

8 Idem.

9 O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Terra de quilombos. ABA- Decânia CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro: 1995.

trabalho nos ajudarão a compreender essa relação, de como a utilização de um determinado passado estabelece uma relação íntima com as experiências e necessidades do presente. Para tal, foram realizadas entrevistas com cinco moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista, em Palmas-PR.¹⁰ A história oral foi utilizada nessa pesquisa como uma metodologia que permitiu construir as fontes, estabelecendo uma ponte entre a realidade e a teoria e que produz fontes com especificidades, que levam em consideração o seu processo de produção, sistematização e interpretação.

O ano de 1982 é relatado por Dona Maria Arlete, importante liderança da comunidade, como um período de transformações no bairro do Rocio, onde fica localizada a comunidade, um marco que traz consigo alguns avanços nos direitos básicos como distribuição de água e luz, educação e saúde, mas que marca também a entrada de pessoas de fora da comunidade quilombola nesse espaço, reforçando a disputa pelo território. Esse período é lembrado pela entrevistada como um momento de urbanização, mistura de etnias e invasão das terras quilombolas.

[...] foi em 82, que a escola aqui no rocio, nunca tinha um lugar fixo para escola, [...] e em 82 teve o prefeito que ele construiu a escola, uma escola fixa para comunidade mesmo, a Escola São Sebastião e eu fui a primeira diretora dessa escola. Mas depois que começou o pessoal a invadir, o prefeito trazia o povo, ia soltando aí no mato, que era só matagal, nós tínhamos os nossos cavalos, tínhamos os porcos, tudo essas criações eram soltas, não tinha cerca, tudo os negros da comunidade, tudo os moradores,

eles tinham as suas criações, tudo solta, daí com o tempo, que os prefeitos começaram a soltar pessoas, dizer que era da prefeitura, que não tinha dono, porque cada quilombola não tinha assim, a sua escritura, escriturado no cartório, era posse assim desde o início e assim ia passando, [...] então assim foram sendo invadidas as terras. Foi dando uma mistura, mistura das etnias, tinha negro que já casava com branco, e assim foi, então foi urbanizando, daí houve a necessidade de urbanizar, de um calçamento, de água, de luz, em 82 veio a luz para cá, nós batalhamos para isso, para vir a rede de água também [...] Daí tinha o médico aí, o Dr. José Maria era o médico dos pobres, dos negros, que diziam, o médico que tinha aí, esse médico ele vinha até na casa das pessoas, da comunidade, ele vinha atender as crianças quando estavam doente, quando as mulheres ganhavam nenê também, ele vinha fazer o exame. Mas naquele tempo, na comunidade nós tínhamos parteira, benzedeira, meus primeiros filhos nasceram com a parteira.¹¹

Alcione, nascido em 1961, também nos traz um relato semelhante. Embora não tenha falado no ano de 1982, relaciona o período dessas modificações à sua juventude, possibilitando que consideremos tratar-se do mesmo momento histórico. Ele acrescenta um elemento, que caracteriza as pessoas que começaram a adentrar na comunidade sob responsabilidade da prefeitura:

E nós vivíamos bem felizes aqui porque a gente tinha os animais, tinha cavalo, tinha vaca, plantava, plantava, colhia da terra, sobrevivia daqui, trabalhava dentro da comunidade, há tempos atrás, na época da minha juventude. Mas daí

10 Foram escolhidos alguns trechos de entrevistas resultantes da monografia de conclusão do Curso de História, na UFPR, pela própria autora do artigo, no ano de 2013. A monografia completa, bem como as entrevistas transcritas, podem ser

acessadas no seguinte endereço digital:
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2014/12/hellen_cris_leite_lima.pdf>.

11 SILVA, Maria Arlete Ferreira da. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

com o passar dos anos a comunidade foi sendo invadida e entrando pessoas que não fazem parte da nossa família e os prefeitos que foram passando ao longo dos anos, foram colocando aquele pessoal que fazia feio no cartão postal da cidade e foi tirando aquela liberdade que nós tínhamos aqui, porque nós tínhamos liberdade, nós podíamos criar, ter galinha, ter porco, o que nós quiséssemos.¹²

Aqueles que “faziam feio no cartão postal” certamente eram pessoas pobres e marginalizadas. Disso podemos inferir a segregação por que passava a comunidade, reforçada pelas autoridades públicas que despejavam as pessoas à margem da sociedade para viverem justamente no bairro São Sebastião do Rocio.

Compreendemos a memória como um elemento constituidor da identidade social e a sua utilização dotada de força política. Pollak considera que a memória é constituída por acontecimentos, pessoas e lugares¹³; sobre esse último elemento, *os lugares*, Dona Maria Arlete nos fala de patrimônios culturais e materiais que carregam a memória de experiências de seus antepassados – a fazenda na qual os escravos trabalhavam, o tronco, objetos de uso cotidiano do período da escravidão – e que estão em disputa no presente.

E a fazenda do Pitanga teve os janelões bem grandes, a beira da janela, lá diz que ficava o dono olhando, nos campos assim os negros trabalharem. Então, e tinha o tronco, não faz muitos anos assim que o tronco, quando começou, antes de 2005 eles já consumiram, que eles viram que daí tinha, eles já sabiam que tinha o Decreto 68, da Constituição, no Artigo, quero

dizer, 68 da Constituição, eles já foram, que dava direito aos negros, tudo eles já foram abolindo, o tronco [...] Eu sei que daí foram passando de família para família essa fazenda, aqui bem perto, e hoje é de um advogado que não tem nada a ver com a família. E fazia tudo de pedra, mas hoje ele rebocou e é rebocado, então descaracterizou a fazenda. E todos aqueles objetos, como tinha o pilão, as mesas que os escravos fizeram, eu tenho umas fotos, então ele diz que colocou em um quatinho lá.¹⁴

É interessante nesse trecho a referência que a entrevistada faz ao ano de 2005, exatamente quando o tronco, objeto utilizado para castigar os escravos, mantendo-os presos enquanto eram chicoteados, foi retirado da fazenda. Nesse ano iniciaram-se os trabalhos de identificação e demarcação dos territórios quilombolas no estado do Paraná pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, ano também da mudança de nome da comunidade que antes era conhecida como São Sebastião do Rocio ou “Rocio dos Pretos”, para Adelaide Maria da Trindade Batista, revelando as estratégias de reorganização dessa memória que ressignifica de forma positiva o seu passado de escravidão, homenageando sua ancestral com o nome da comunidade. A retirada do tronco, que nessa narrativa aparece como o símbolo do período da escravidão, bem como a recente descaracterização da fazenda, refletem o peso político dessa memória material, ou desses “lugares de memória”, na disputa pelo reconhecimento de um determinado passado e legitimação de uma identidade no presente.

Considerações Finais

Podemos concluir que a

12 BATISTA, Alcione Ferreira. **Entrevista** realizada em 08/11/2013.

13 POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 201-202. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

14 SILVA, Maria Arlete Ferreira da. *Op. Cit.*

reorganização da memória coletiva que resgata no passado histórias da escravidão vivenciadas pelos antepassados, identifica patrimônios materiais, demarca fronteiras territoriais e culturais, constrói a identidade social desses sujeitos como quilombolas. O autorreconhecimento é um elemento, portanto, que garante, além de uma afirmação positiva do grupo sobre si mesmo e frente a sociedade, direitos territoriais e acesso a políticas públicas de inclusão e afirmação. As fontes orais nos permitiram perceber, portanto, que houve a construção de uma memória fortemente articulada e moldada frente aos desafios de reconhecimento da comunidade no presente. Principalmente, se tomarmos como referência o ano de 2005, quando se iniciavam as ações do Grupo de Trabalho Clóvis Moura de identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo no Paraná, e que projetou a necessidade da construção de pontos de referência que dessem sustentação à identidade quilombola da comunidade estudada por nós. Nesse sentido, a memória coletiva da CRQ Adelaide Maria da Trindade Batista exerce tanto um papel contra-hegemônico frente à invisibilização da memória quilombola no estado e para sua própria autoafirmação enquanto remanescente de quilombo, mas também, e talvez para isso mesmo, constrói uma memória institucionalizada e oficial, que enquadra e seleciona as lembranças individuais.

Referências

- BOURDIE, Pierre. A ilusão biográfica. p. 184. In: FERREIRA, M. AMADO, J. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp>>. Acesso em: Janeiro de 2016.
- CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva**. Revista Espaço Acadêmico – nº 108, 2010.
- CRUZ, Cassius Marcelus. **Conjuntura quilombola no Paraná**. Disponível em: <<http://etnico.wordpress.com/2013/06/10/conjuntura-quilombola-no-parana/>>. Acesso em Janeiro/2016.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- _____.; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- Grupo de Trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010**. Curitiba: GTCM, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1ª edição, 1992.
- MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.) **Memória dos povos do campo no Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos**. ABA- Decânia CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro: 1995.
- Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Vol. 5, no 10, 1992, p. 201-202. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: Janeiro de 2016.
- _____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em Janeiro de 2016.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.